

## Desnaturalizando os privilégios: o discurso dos livros didáticos de Sociologia sobre as desigualdades sociais

Valci Melo<sup>1</sup>

### Resumo

O artigo analisa o discurso dos livros didáticos de Sociologia acerca das desigualdades sociais. A investigação se deu à luz da Análise do Discurso pecheutiana, em sintonia com as contribuições teóricas de Georg Lukács acerca da ideologia. Ao longo do texto, demonstra-se que os livros didáticos de Sociologia do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2015 materializam um discurso de caracterização das desigualdades sociais como relações de privilégio, explorando sua origem, seus fundamentos e suas configurações sócio-históricas. Por fim, conclui-se que o discurso sobre as desigualdades sociais materializado nos livros didáticos de Sociologia oferece aos jovens estudantes brasileiros uma importante ferramenta para os embates teóricos e práticos da vida cotidiana.

*Palavras-chave:* Ensino de Sociologia; Desigualdades Sociais; Livro Didático; Análise do Discurso.

---

### Denaturalizing the privileges: the discourse of Sociology textbooks on the social inequalities

### Abstract

The article analyzes the discourse of Sociology textbooks about social inequalities. The investigation took place in the light of the Discourse Analysis of Pecheutian affiliation, in line with Georg Lukács' theoretical contributions about ideology. Throughout the text, it is demonstrated that the Sociology textbooks of the 2015 National Textbook Program (PNLD) materialize a discourse about the social inequalities as privileges relations, exploring their origin, their foundations and their socio-historical configurations. Finally, it is concluded that the discourse about the social inequalities materialized in the textbooks of Sociology offers young Brazilian students an important tool for the theoretical and practical struggles of everyday life.

*Keywords:* Teaching of Sociology; Social Inequalities; Textbook; Discourse Analysis.

---

## Introdução

Desigualdades sociais é um tema que está sempre na ordem do dia. Do noticiário aos debates acadêmicos, das rodas de conversas aos discursos políticos esse assunto é sempre lembrado.

Por vivermos em uma sociedade de classes, não se poderia esperar algo diferente, sobretudo em um país como o Brasil, no qual, conforme atesta o *Relatório do Desenvolvimento Humano 2019* (PNUD, 2019), a concentração de riquezas é altíssima e o conseqüente abismo entre a burguesia e os trabalhadores é um dos maiores do mundo.

No entanto, por fazer parte da vida contemporânea em todos os países do Planeta,

---

<sup>1</sup> EMEIF Imaculada Conceição, São José da Tapera – Alagoas. E-mail: melovalci@gmail.com.

variando apenas em intensidade, as desigualdades sociais acabam sendo, em muitos desses debates, tratadas como algo natural, próprio da condição humana. Neste sentido, as reflexões a respeito desse tema, muitas vezes, longe de considerar a relação entre as desigualdades e o modelo de sociedade no qual vivemos, acaba tratando-as como consequência inevitável da diversidade humana.

Essa forma de abordagem do tema é não somente equivocada, como também tem consequências políticas perversas, tendo em vista que o modo como compreendemos o problema, embora não determine, interfere na forma como nos comportamos politicamente diante dele. Isto é, se consideramos as desigualdades como algo natural, por mais indignação que elas nos causem, nossa atuação tende a limitar-se, no máximo, a mitigar os seus efeitos, a reduzir os seus impactos, a praticar a caridade. Se as compreendemos como construção humana localizada no tempo e no espaço (e não fazemos parte do grupo dos privilegiados e exploradores - nem sonhamos com isso!), por coerência, não poderemos ignorá-las ou tratá-las apenas como passível de redução.

No entanto, a nossa apreensão intelectual do mundo (conhecimento) não é o único elemento determinante de nossa atuação sobre ele. Pesam bastante nesse processo nossos interesses, medos, simpatias, valores, representações... É o conjunto de todos esses elementos que produz uma identificação do indivíduo com uma das diferentes alternativas societárias postas em jogo, definindo, assim, a sua condição de sujeito e os rumos de sua atuação nos mais variados campos da vida social.

Esse conjunto de elementos que cumpre a função social de operacionalizar a tomada de posição frente aos conflitos e alternativas societárias em disputa é o que o filósofo húngaro Georg Lukács (2013), na esteira de Marx e de Engels, chamou de ideologia. Na contramão de uma difusão quase generalizada, inclusive no interior do próprio marxismo, segundo a qual a ideologia, na teoria social marx-engelsiana, corresponderia somente a uma consciência social falsa, mistificadora, Lukács argumenta que o critério gnosiológico de apreensão da referida problemática é insuficiente, uma vez que, segundo autor (2013, p.467):

[...] verdade ou falsidade ainda não fazem de um ponto de vista uma ideologia. Nenhum ponto de vista individualmente verdadeiro ou falso, nem uma hipótese, teoria etc., científica verdadeira ou falsa constituem em si e por si só uma ideologia: eles podem vir a tornar-se uma ideologia, como vimos. Eles

podem se converter em ideologia só depois que tiverem se transformado em veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos.

É, portanto, esse o desafio ao qual nos lançamos no presente texto: investigar como os livros didáticos de Sociologia, ao abordarem o tema das desigualdades sociais, contribuem ou não para que a compreensão sobre o mesmo se transforme em um potencial instrumento de enfrentamento da referida problemática nos embates teóricos e práticos da vida cotidiana.

A escolha pelo livro didático como materialidade discursiva se deu porque compreendemos tratar-se de um instrumento didático-pedagógico e científico que registra importantes vestígios sobre como os sentidos acerca de um determinado tema se constituem e significam (ORLANDI, 2007). Já a opção pelos livros didáticos de Sociologia aprovados e recomendados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2015 justifica-se por tratar-se da edição do PNLD Sociologia que selecionou obras que contemplam tanto a edição de 2012 como a de 2018, tendo em vista que as duas obras aprovadas em 2012 também fazem parte da edição de 2015 e nenhuma nova obra foi selecionada na edição de 2018.

Nossa investigação se deu à luz do arcabouço teórico-metodológico da Análise do Discurso inaugurada por Michel Pêcheux em sintonia com o materialismo histórico-dialético. Assim, na esteira de Pêcheux, entendemos ser a linguagem uma atividade humana atravessada por interesses e conflitos sociais e “a língua [...] a base comum de processos discursivos diferenciados” (PÊCHEUX, 1995, p.91, grifo do autor). Isto é, conforme destaca Pêcheux, embora a linguagem se processe sob uma base material comum (a língua), seu exercício produz “efeitos de sentidos” (discursos) que só podem ser compreendidos a partir da identificação da posição ideológica do sujeito do discurso.

Essa posição ideológica, conforme dissemos anteriormente, corresponde à identificação do indivíduo com uma das alternativas de explicação societária em disputa no âmbito da linguagem (formação discursiva), a qual, segundo Pêcheux (1995), acaba por determinar o que de lá pode ou não ser dito.

É, portanto, sob esses pressupostos teórico-metodológicos que analisamos o discurso sobre as desigualdades sociais materializados nos livros didáticos de Sociologia aprovados e recomendados pelo Programa Nacional do Livro Didático (PNLD) de 2015.

A seguir, são apresentadas e analisadas as sequências discursivas (SD) selecionadas das obras em análise. Uma sequência discursiva (doravante, SD) é um enunciado que materializa um discurso representativo daquilo que o pesquisador rastreia.

### Origem e fundamento das desigualdades sociais e sua relação umbilical com o capitalismo

As desigualdades aparecem nos livros didáticos como tema central da Sociologia, seja por justificar a sua origem, motivada pela busca de uma forma de explicação dos problemas sociais da modernidade, seja por continuar sendo uma das fraturas mais visíveis da estrutura social.

Sua abordagem se dá de modo heterogêneo nas obras, uma vez que algumas dedicam capítulos específicos (e até unidades inteiras) ao tema e outras abordam o mesmo no bojo da discussão sobre estratificação social, trabalho, Estado ou diferenças culturais. Neste último caso, os manuais<sup>2</sup> relacionam diferenças e desigualdades, analisando situações em que a diversidade humana (cultural, geográfica, de gênero, ideológica...) é hierarquizada e, portanto, classificada em termos de distinção valorativa.

O discurso materializado nos livros didáticos sobre as desigualdades sociais, entendidas aqui como relações sociais de privilégio e injustiça no acesso a bens e serviços socialmente produzidos, localiza a sua origem, na esteira do pensamento marxista, na fragmentação da sociedade entre donos dos meios fundamentais de produção material da vida social e aqueles que precisam trabalhar para sobreviver. Vejamos a SD1:

**[SD1]** Para Marx, os direitos inalienáveis de liberdade e justiça não resistem às **evidências das desigualdades sociais** promovidas pelas *relações de produção* capitalistas, que **dividem os homens em proprietários e não proprietários dos meios de produção**. Dessa divisão se originam duas classes sociais: o proletariado - trabalhadores que vendem sua **força de trabalho** em troca de salário - e a burguesia - dona dos **meios de produção** sob a forma legal da **propriedade privada**, que se apropria do produto do trabalho dos operários, pagando a eles um valor inferior ao que foi gerado pelo uso da mão de obra. Assim, a **classe social** de um indivíduo é determinada pela **posição** que ele

---

<sup>2</sup> Paniago (2013), argumenta em favor de uma diferenciação entre livro didático e manual escolar. Para a autora, manual corresponderia a um material didático usado como principal ou único recurso pedagógico. Na contramão desse raciocínio, assumimos aqui o uso sinonímico predominante na literatura especializada sobre o assunto, tendo em vista que a distinção referida desconsidera diversos outros aspectos característicos do material didático como gênero textual.

O discurso materializado na SD1, à luz do pensamento marxista, reconhece a desigualdade social como resultado direto da apropriação privada dos meios de produção material da vida social e, portanto, como uma criação história característica das sociedades de classes: *“desigualdades sociais promovidas pelas relações de produção capitalistas, que dividem os homens em proprietários e não proprietários dos meios de produção”*.

Assim, o intradiscurso (aquilo que é dito) da SD1 reporta-se não apenas à Formação Discursiva Classista, caracterizada pelo reconhecimento da fragmentação social em classes antagônicas e em permanente luta, dialogando com ela em um movimento de identificação e paráfrase. Ele também estabelece uma relação de oposição direta à Formação Discursiva Individualista em sua defesa da desigualdade como resultado da diversidade de aptidões individuais e de uma suposta natureza humana egoísta e competitiva. A segunda formação discursiva referida é representada, na linguagem, pela Formação Ideológica Liberal. Já a primeira, pela Formação Ideológica Socialista.

Uma formação discursiva consiste em um lugar de enunciação que apresenta certa regularidade – mesmo que provisoriamente – ao estabelecer os sentidos autorizados e negados para as palavras pronunciadas do seu interior. Trata-se de “matrizes comuns a um conjunto de discursos” (CAVALCANTE, 2007, p. 43) ou, como diz Courtine (2014, p. 72), de um dos aspectos materiais das ideologias.

Sobre o duplo movimento de identificação/desidentificação operado pela SD1, entendemos que Jean-Jacques Courtine (2014, p.73, grifo do autor) tem razão quando afirma que: “Se uma FD é o que, em uma dada FI e em uma conjuntura, determina ‘o que pode e deve ser dito’; [...] convém acrescentar que *essa característica não é isolada* das relações contraditórias que uma FD estabelece com outra FD”. Isto é, as formações discursivas não se caracterizam como territórios discursivos fechados e incomunicáveis. Pelo contrário, como destaca Orlandi (2007, p.44):

[...] é preciso não pensar as formações discursivas como blocos homogêneos funcionando automaticamente. Elas são constituídas pela contradição, são heterogêneas nelas mesmas e suas fronteiras são fluidas, configurando-se e reconfigurando-se continuamente em suas relações.

Assim, entendemos que a SD1 é uma demonstração de que, ao se identificar com os pré-construídos de uma dada formação discursiva o sujeito do discurso também estabelece uma relação de desidentificação/contraintificação com outra formação discursiva, evidenciando não apenas a relação de contrários que movimenta o processo de produção de sentidos, como também a fluidez das fronteiras entre os discursos.

As SD das demais obras seguem esse mesmo trajeto discursivo analisado na SD1 no tocante ao duplo movimento de identificação para com a Formação Discursiva Classista e confronto à Formação Discursiva Individualista. Por isso, limitar-nos-emos a descrevê-las, uma vez que a análise aqui desenvolvida se estende às mesmas.

**[SD2]** Segundo Marx, a *desigualdade social é fruto da divisão da sociedade em classes*. Aqueles que têm os *meios de produção* (dinheiro, prédios, capital, ações na bolsa de valores, etc.) compram o *trabalho* daqueles que não têm esses meios (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2013, p.139, grifos meus).

Como se vê, esse discurso destaca a desigualdade como produto da propriedade privada e da consequente fragmentação da sociedade em classes antagônicas: *“a desigualdade social é fruto da divisão da sociedade em classes*.

Deste modo, ao serem divididos entre proprietários e não proprietários dos meios fundamentais de produção material da vida social, os seres humanos ocupam a posição de vendedores da força de trabalho ou de compradores da capacidade laboral de outros homens.

É, pois, com essas posições de classe que se relacionarão de modo mais ou menos direto as oportunidades econômicas, políticas e culturais que os indivíduos terão ao longo de suas vidas.

**[SD3]** A *divisão do trabalho* criou uma *oposição* entre duas *classes sociais*: a detentora dos *meios de produção* e a possuidora da *força de trabalho*. Para Marx, portanto, quando se fala em divisão do trabalho na sociedade capitalista, reporta-se às formas de propriedade, à distribuição da renda entre os indivíduos e à formação das classes sociais. Os *conflitos* entre os *capitalistas* e os *trabalhadores* apareceram a partir do momento em que estes perceberam que trabalhavam muito e estavam cada dia mais **miseráveis** (TOMAZI, 2013, p.59-60, grifos meus).

Como as demais SD, a SD3 enfatiza a relação entre as desigualdades sociais e aquilo que

pelo sistema capitalista: a capacidade de produzir “a miséria na fatura”. Ou seja, à luz do pensamento marxista, o discurso materializado na SD3 explora as contradições do modo de produção capitalista, localizando o fundamento das desigualdades na oposição entre capital e trabalho e destacando a miséria não como fatalidade ou resultado de uma suposta vadiagem, e sim, como fruto da apropriação privada dos frutos do trabalho pelos capitalistas.

**[SD4]** *Se uns têm mais – mais bens, mais terras, mais moedas, mais poder – do que os outros, uns mandam e os outros obedecem. A cooperação característica das sociedades de comunismo primitivo deixa de ser harmônica e torna-se antagônica. Os seres humanos continuam dependendo uns dos outros, mas agora a divisão do trabalho estabelece uma hierarquia, funda uma desigualdade que opõe os que têm e os que não têm. É da divisão do trabalho que se originam as classes sociais. E são elas, segundo Marx, os principais atores do drama histórico (BOMENY et al., 2013, p.118, negrito das autoras; itálicos meus).*

Na esteira do pensamento marxista, o discurso materializado na SD4 não somente reconhece a desigualdade social como resultado da divisão do trabalho, como também destaca a relação intrínseca entre desigualdade econômica e desigualdade política: “*uns mandam e os outros obedecem*”. Assim, a SD4 também se contrapõe ao discurso liberal segundo o qual os homens seriam naturalmente egoístas e competitivos, residindo aí a fonte das desigualdades.

No entanto, diferentemente desse discurso, a SD4 chama a atenção para a historicidade das desigualdades, destacando que elas estiveram ausentes em um determinado momento da História da humanidade (nas “*sociedades de comunismo primitivo*”) e identificando o exato momento no qual a cooperação “*deixa de ser harmônica e torna-se antagônica*”: com o surgimento da divisão do trabalho e a apropriação privada dos meios fundamentais de produção material da vida social.

**[SD5]** [...] Afirmar que a desigualdade faz parte da estrutura das sociedades não significa afirmar que ela é natural. Pelo contrário, a *desigualdade é produzida e reproduzida* pelos seres humanos em suas ações e *na forma como criam diferentes níveis de acesso e valor a modos de vida, serviços sociais, aos recursos para lazer, etc.* Um exemplo é a sociedade contemporânea em que vivemos, cuja estrutura é predominantemente capitalista: nela, o que é produzido pelos que se organizam para obter a sobrevivência acaba sendo *apropriado de forma desigual entre aqueles que decidem e organizam a produção e os que trabalham* (ARAÚJO;

O discurso materializado na SD5 chama a atenção para o caráter socialmente construído das desigualdades, tratando-as como relações de privilégio e injustiça no acesso a bens e serviços socialmente produzidos: *“a desigualdade é produzida e reproduzida pelos seres humanos em suas ações e na forma como criam diferentes níveis de acesso e valor a modos de vida, serviços sociais, aos recursos para lazer, etc.”*.

Assim, também há nesse discurso uma contraposição ao liberalismo em sua ideia de natureza humana egoísta e competitiva e, portanto, justificadora de processos desiguais como consequência da diversidade humana, discurso esse que, além de desconsiderar o caráter histórico do temperamento e das habilidades humanas, ignora a distinção elementar entre diferenças culturais e desigualdades sociais.

[SD6] Karl Marx, porém, desde o século XIX, demonstrara que, na **origem da divisão das sociedades** em *classes sociais antagônicas (dominantes X dominados)*, havia um elemento comum: a *propriedade privada dos meios de produção*. Ou seja, a existência de **uma classe social** que se **apoderava**, em um determinado momento, das terras férteis ou das **riquezas** minerais existentes (OLIVEIRA; COSTA, 2013, p.121, itálico dos autores; negritos meus).

Assim como as demais sequências discursivas selecionadas, a SD6 expõe a explicação marxista acerca da origem das desigualdades sociais, a qual identifica como fundamento de sua existência a divisão social do trabalho e a apropriação privada dos meios fundamentais de produção material da vida social.

Nesse quesito, as obras analisadas cumprem um papel importante na distinção entre desigualdades sociais e diferenças culturais, abordando a primeira como uma relação de privilégio e a segunda como fruto da diversidade humana. Algumas obras, além de apresentarem conteúdos que se relacionam com as duas categorias, fazem questão de explicitar textualmente a distinção. Um exemplo a esse respeito pode ser encontrado na obra *Sociologia*, escrita por Araújo, Bridi e Motim (2013, p.15):

As Ciências Sociais mostram haver diferenças sociais que variam conforme características que o senso comum considera apenas biológicas, como a idade, o sexo, a conformação física e a origem étnica das populações e indivíduos. [...] Todas elas são, porém, diferenças sociais e podem despertar o sentimento de



pertencer a um grupo, a uma sociedade ou a uma cultura, originando a construção de uma identidade. As *desigualdades sociais*, por sua vez, consistem em diferenças de acesso de indivíduos e grupos sociais aos bens materiais, a direitos e a recompensas que a vida em sociedade propicia, como o direito a serviços de saúde e a compensações salariais por trabalho executado. Ou seja, as desigualdades sociais estabelecem uma hierarquia, determinam quem tem maior ou menor acesso a bens, serviços, direitos.

As obras em análise, ao tratarem sobre o tema das desigualdades seguem a exigência do edital do PNLD 2015 acerca da pluralidade teórico-metodológica. Assim, os livros apresentam a perspectiva marxista como uma das explicações acerca da estrutura social em paralelo com a teoria weberiana da estratificação social e, de modo menos direto, a abordagem durkheimiana dos grupos funcionais. No entanto, face ao potencial explicativo da categoria classe social, destacada pelo edital do PNLD como uma das questões obrigatórias a serem abordadas pelos livros didáticos, as obras exploram-na em maior profundidade, ganhando destaque nessa tarefa as contribuições teóricas de Marx e de Weber.

Naquilo que nos interessa diretamente aqui, que é a explicação sobre a origem e os fundamentos das desigualdades sociais, as obras dão destaque às reflexões de Marx, tendo em vista que a teoria weberiana acerca da estratificação social se preocupa mais com a tipificação e com as configurações sócio-históricas das variadas formas de diferenciação entre indivíduos, grupos ou classes do que com o porquê de existir, na estrutura social, relações de privilégio e injustiça no acesso a bens e serviços socialmente produzidos (as desigualdades).

Neste sentido, ao lidarem com o tema das desigualdades sociais no interior da sociedade capitalista, os livros didáticos de Sociologia ancoram-se na teoria social marxista, preocupando-se não somente com a explicação de seus fundamentos sócio-históricos e desdobramentos contemporâneos, como também chamando a atenção para a relação umbilical entre as características centrais do modo de produção em análise e o fortalecimento das desigualdades, conforme pode ser observado na SD7.

**[SD7]** Analisando a *organização da produção nas sociedades modernas capitalistas* na Europa do século XIX, Marx chamou a atenção para o fato de que a *posição social dos indivíduos* estava definida pela sua *relação com os meios de produção*. O fato de serem *proprietários desses meios* (donos das terras, fábricas, máquinas) ou meros *trabalhadores* seria o *elemento fundamental* a determinar a *divisão da sociedade em grupos com interesses antagônicos*, as **classes sociais** (SILVA et al., 2013, p.42, negrito dos autores;

O discurso materializado na SD7, na esteira do pensamento marxista, define classe social não como o lugar ocupado pelos indivíduos nas relações de consumo de bens e serviços, e sim como a posição que estes ocupam nas relações sociais de produção, isto é, se na esfera produtiva eles são aqueles que detêm os meios de produção ou aqueles que comercializam sua força de trabalho. Isso não quer dizer que a posição de classe também não tenha a ver com as relações de mercado, uma vez que o acesso a bens e serviços por parte da burguesia é infinitamente superior àquele das classes trabalhadoras. No entanto, o discurso da SD7 chama a atenção para aquilo que se constitui “*o elemento fundamental a determinar a divisão da sociedade em grupos com interesses antagônicos, as classes sociais*”: a relação dos indivíduos com os meios de produção.

Nesse sentido, o discurso materializado na SD7 estabelece uma relação direta entre desigualdades e classes sociais e, por consequência, entre desigualdades e capitalismo, uma vez que este sistema é fundamentado na divisão social em classes.

**[SD8]** *A desigualdade econômica é estrutural em nossa sociedade*: está presente desde o início do capitalismo, ganhando novos contornos e feições em cada conjuntura histórica. Vimos, no item 1, que *essa desigualdade tem relação com os meios de produção*. Na formação do capitalismo, classes sociais distintas se estruturaram e com base nelas estruturou-se também uma forma de viver e de consumir. Essa divisão estabeleceu uma *separação entre aqueles que têm os meios de produção e os que não os têm* (MACHADO; AMORIM; BARROS, 2013, p.138, grifos meus).

A SD8 não somente enfatiza de forma cristalina a relação umbilical entre capitalismo e desigualdades, em especial, a desigualdade econômica, como também chama a atenção para a superficialidade das mudanças e roupagens assumidas pelas mesmas ao longo da história. Essa incapacidade de as desigualdades mudarem para além da aparência, dos “*novos contornos e feições em cada conjuntura histórica*” tem a ver, como destaca a SD8, com o fato de que “*essa desigualdade tem relação com os meios de produção*”, isto é, com a posição de classe ocupada pelos indivíduos no processo produtivo – situação que faz parte da estrutura da sociedade capitalista.

[SD9] A análise da estratificação de uma sociedade depende do ponto de vista do investigador e do critério utilizado na classificação dos grupos sociais. Entretanto, de diferentes pontos de vista e abordagens, evidencia-se que as *sociedades capitalistas caracterizam-se, em grau variável, pelas desigualdades*: na apropriação da riqueza, expressa normalmente pela propriedade e pela renda, mas evidente também no consumo de bens; na participação nas decisões políticas, manifestando-se pelo maior ou menor poder que indivíduos e grupos têm de decidir, ou forçar decisões a seu favor, e de deter o poder econômico; na apropriação dos bens simbólicos, que se expressa no acesso à educação e aos bens culturais, como museus, teatros, livros etc. (TOMAZI, 2013, p.100, grifos meus).

O discurso materializado na SD9 destaca que, apesar da multiplicidade de perspectivas analíticas acerca da estratificação social, é unânime o reconhecimento de que *“as sociedades capitalistas caracterizam-se, em grau variável, pelas desigualdades”*. Essas desigualdades, conforme o enunciado da SD9, ramificam-se em várias direções, desde a relação dos indivíduos com os meios de produção até o acesso a bens culturais, passando pelo consumo de produtos e pela participação nas decisões políticas. No entanto, diferentemente da SD8, esse discurso chama a atenção para o tipo de desigualdade que alicerça todas as outras: a relação dos indivíduos para com os meios de produção.

A SD10 problematiza o discurso da meritocracia (o esforço, a capacidade e o talento individual) como caminho individualmente seguro e socialmente justo para a mobilidade social: **SD10** “[...] *para alguns grupos, a mobilidade social é uma perspectiva plausível, enquanto para outros é quase um ‘milagre’*” (BOMENY et al., 2013, p.279, negrito das autoras; itálicos meus).

Tratando a meritocracia como *“perspectiva plausível”* apenas para alguns grupos e como *“milagre”* para outros, o discurso da SD10 questiona a naturalização do sucesso individual e chama a atenção para as desigualdades reais de oportunidades, uma vez que a igualdade formal é usada pelo discurso liberal como justificativa para que alguns poucos indivíduos ascendam socialmente enquanto a maioria padece e se contenta com a ilusão de que é culpada pelo próprio fracasso.

[SD11] *Sociedades capitalistas, como a brasileira, fundamentam-se nas diferenças entre as classes sociais*. Em linhas gerais, as **classes sociais** são grandes grupos que se diferenciam pelo poder econômico e político que possuem e pelo lugar que ocupam na produção e no consumo (ARAÚJO; BRIDI; MOTIM, 2013. p.17, negrito das autoras; itálicos meus).

materializado na SD7, o qual estabelece uma relação direta entre desigualdades e classes sociais e, por consequência, entre desigualdades e capitalismo, uma vez que esse sistema é fundamentado na divisão social em classes. Tal como já explicitado na SD7, na esteira do pensamento marxista, aqui também se define classe social como a posição que os sujeitos ocupam nas relações sociais de produção.

No espírito das SD anteriores, o discurso materializado na SD12 estabelece uma relação umbilical entre desigualdades e capitalismo, enfatizando o caráter intrinsecamente excludente desse modo de produção e, por consequência, a impossibilidade de inclusão social no interior do mesmo, uma vez que esse sistema social é “*essencialmente excludente*”: **[SD12]** “O *capitalismo*, como vimos, é *essencialmente excludente*, como demonstrado por Karl Marx, no século XIX. Assim, a *desigualdade* e a *exclusão social* não são fenômenos novos. Pelo contrário, elas são *inerentes ao processo de concentração de capital*” (OLIVEIRA; COSTA, 2013, p.358, grifos meus).

Como se vê, além de apresentar as desigualdades sociais como fruto da apropriação privada dos meios fundamentais de produção material da vida social, os livros didáticos de Sociologia destacam haver uma relação intrínseca entre capitalismo e desigualdades, tendo em vista ser esse modo de produção alicerçado na propriedade privada e, portanto, na fragmentação social em classes possuidoras e não possuidoras.

No desdobramento do processo de desnaturalização, as obras não apenas localizam a origem, os fundamentos e a situação atual das desigualdades, como também apresentam as configurações desse fenômeno social em diferentes épocas e espaços, recorrendo, para isso, aos conceitos de castas, estamentos e classes sociais para mostrar formas de organização social nas quais as desigualdades são vivenciadas e explicadas de diferentes formas. Um exemplo a esse respeito pode ser ilustrado pela sequência discursiva abaixo, retirada da obra *Sociologia para o Ensino Médio*.

**[SD13]** *O que diferencia, então, a sociedade capitalista das outras? No que se refere à desigualdade, somente a forma como ela se efetiva. Mas as explicações dadas para as desigualdades mudam radicalmente. Como já vimos, nas sociedades divididas em castas ou estamentos, os indivíduos nascem desiguais e assim vivem. Na sociedade capitalista, a desigualdade é algo que faz parte de sua constituição, ou seja, ela se forma e se desenvolve tendo a exploração como fundamento. A desigualdade não existe só no nascimento, mas é reproduzida incessantemente, todos os dias. Entretanto, há um discurso segundo o qual*

*todos têm as mesmas oportunidades e, mais ainda, pelo trabalho podem prosperar e enriquecer* (TOMAZI, 2013, p.101, grifos meus).

Como se vê, o autor destaca que não apenas as desigualdades, mas também os discursos que buscam justificá-las estão presentes em todas as formas de organização social dividida, seja em castas, estamentos ou classes. No entanto, ele chama a atenção para o fato de que, na sociedade capitalista, essa tentativa de justificção das desigualdades recorre a argumentos novos, mais especificamente, ao discurso da meritocracia. Esse discurso consiste, basicamente, na defesa de que a posição social dos indivíduos tem a ver diretamente com o aproveitamento das oportunidades sociais disponíveis e com o talento e a competência de cada um, sendo as desigualdades, portanto, o resultado natural de êxitos pessoais diferenciados.

Nesse sentido, o discurso sobre as desigualdades sociais materializado nos livros didáticos de Sociologia do PNLD 2015 alimenta-se do pensamento marxista, recorrendo ao mesmo não somente como teoria social, mas convertendo suas ideias, como diria Lukács (2013, p.467), em “[...] veículo teórico ou prático para enfrentar e resolver conflitos sociais, sejam estes de maior ou menor amplitude, determinantes dos destinos do mundo ou episódicos”. Assim, as obras analisadas, neste quesito, são interpeladas pela Formação Ideológica Socialista, caracterizada pelo reconhecimento da propriedade privada dos meios de produção como o fundamento das desigualdades sociais e pela crítica ao capitalismo como sistema social excludente.

Ao identificar-se com essa formação ideológica no tocante à origem e as configurações sócio-históricas das desigualdades sociais, os livros didáticos de Sociologia confrontam a Formação Ideológica Liberal, marcada pela defesa incondicional da propriedade privada dos meios de produção material da vida social e pela crença nas desigualdades sociais como fenômenos inelimináveis, uma vez que elas seriam resultado natural do talento e do esforço de cada indivíduo. Nesse sentido, para essa formação ideológica, a igualdade se resume ao reconhecimento, por parte do Estado, de que todos os indivíduos sob a sua jurisdição têm para com ele um vínculo de pertencimento (cidadania) que os torna iguais perante a lei. Essa igualdade formal, materializada na garantia de direitos civis e políticos (e, em alguns casos, também no reconhecimento de alguns direitos sociais), seria não apenas o suficiente para evitar que as desigualdades alcançassem níveis intoleráveis, a ponto de colocar em risco a ordem social, como também se caracterizaria pela justiça social, uma vez que todos teriam, legalmente, as mesmas oportunidades, vencendo na vida aqueles que se mostrassem mais talentosos,

qualificados e capazes (meritocracia).

No entanto, conforme advoga a teoria social marxista, nascida da divisão social entre proprietários e trabalhadores, as desigualdades têm uma dimensão material estrutural que requer, para a sua superação, muito mais que a garantia de igualdade perante a lei. Isto é, o enfrentamento efetivo das desigualdades exige condições sociais reais, e estas, por sua vez, demandam o enfrentamento radical do mecanismo que alicerça as relações de privilégio e injustiça social: a propriedade privada dos meios fundamentais de produção material da vida social.

### Considerações finais

O livro didático é um recurso educacional que, enquanto materialidade discursiva, articula, sem qualquer demérito, uma abordagem científica e pedagógica dos fenômenos analisados com uma perspectiva ideológica em prol de um determinado projeto de sociedade.

No caso dos livros didáticos de Sociologia do PNL D 2015, nosso objeto de análise neste estudo, foi possível constatar que os mesmos materializam discursos muito próximos acerca da temática desigualdades sociais. Embora entendamos que o funcionamento dinâmico das formações discursivas dificulta qualquer tentativa de classificação rígida das mesmas e das formações ideológicas que as sustentam, procuramos identificar as filiações ideológicas e as matrizes de sentidos presentes por identificação – ou desidentificação – e aquelas que são predominantes na abordagem do assunto analisado.

Assim, sem qualquer pretensão de exaustividade ou “obsessão classificatória” (ZANDWAIS, 2012, p.49), entendemos que, quando tratam acerca das desigualdades sociais, os livros didáticos de Sociologia materializam um discurso alinhado com a Formação Ideológica Socialista, representada na linguagem pela Formação Discursiva Classista. Isso não quer dizer que os livros didáticos analisados sejam, em sua integralidade, obras socialistas. O que estamos afirmando, a partir dos resultados de nossa análise, é que a abordagem que eles fazem acerca da origem, dos fundamentos e das configurações sócio-históricas das desigualdades sociais, denunciando a natureza opressora do capitalismo e demonstrando sua relação umbilical com a instauração de padrões de relacionamentos hierárquicos, retoma já-ditos no interior da Formação Discursiva Classista, que materializa na linguagem a Formação Ideológica Socialista.

Essa afirmação pode ser demonstrada no reconhecimento feito pelas obras analisadas acerca da propriedade privada dos meios de produção como o fundamento das desigualdades sociais e pela crítica ao capitalismo como sistema social excludente.

Por tudo o que foi dito, concluímos afirmando que os livros didáticos de Sociologia, ao abordarem o tema das desigualdades sociais, dão uma importante contribuição não apenas para a real compreensão desse fenômeno sócio-histórico, mas também para que o conhecimento se transforme em um potencial instrumento de enfrentamento da referida problemática nos embates teóricos e práticos da vida cotidiana.

### Referências

ARAÚJO, S. M.; BRIDI, M. A.; MOTIM, B. *Sociologia*. São Paulo: Scipione, 2013.

BOMENY, H. *et al. Tempos modernos, tempos de sociologia*. 2. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2013.

CAVALCANTE, M. S. A. O. *Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira: o simulacro de um discurso modernizador*. Maceió: Edufal, 2007.

COURTINE, J. J. *Análise do discurso político: o discurso comunista endereçado aos cristãos*. São Paulo: EduFSCar, 2014.

FREIRE, P. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

LUKÁCS, G. *Para uma ontologia do ser social II*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MACHADO, I. J. R.; AMORIM, H.; BARROS, C. R. *Sociologia hoje*. São Paulo: Ática, 2013.

OLIVEIRA, L. F.; COSTA, R. C. R. *Sociologia para jovens do século XXI*. 3. ed. Rio de Janeiro: Imperial Novo Milênio, 2013.

ORLANDI, E. *Análise de discurso: princípios e procedimentos*. 2. ed. Campinas: Pontes, 2007.

PANIAGO, M. L. *“Livro” didático: a simplificação e a vulgarização do conhecimento*. São Paulo: Instituto Lukács, 2013.

PÊCHEUX, M. *Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio*. 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO - PNUD. *Relatório do desenvolvimento humano 2019: além do rendimento, além das médias, além do presente: as desigualdades no desenvolvimento humano no século XXI*. Lisboa: Camões/Instituto da Cooperação e da Língua, 2019.

SILVA, A. *et al. Sociologia em movimento*. São Paulo: Moderna, 2013.

TOMAZI, N. D. *Sociologia para o ensino médio*. 3. ed. São Paulo: Saraiva, 2013.

ZANDWAIS, A. Reconfigurando a noção de formação discursiva: deslocamentos produzidos a partir de um contraponto. *Leitura*, Maceió, n.50, p.41-59, jul./dez. 2012. Disponível em: <http://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/download/1148/783>. Acesso em: 21 jul. 2017.

Recebido em novembro 2020.

Aprovado em setembro 2021.